



SOCIEDADE ABERTA

Navegar à vista



Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Já se esgotaram todos os adjetivos para definir o ano que começou há meia dúzia de dias. O garrote aos rendimentos sobre o trabalho, com a tributação ao nível do confisco, vão tornar 2013 insuportavelmente violento do ponto de vista fiscal e nem o “paliativo” que constitui o pagamento dos subsídios em duodécimos consegue atenuar o óbvio emagrecimento do dinheiro disponível nos bolsos dos portugueses. Está criada a ilusória sensação da manutenção de um poder de compra há muito perdido.

A decisão do Presidente da República de enviar o OE 2013 para o Tribunal Constitucional não podia ser mais acertada. A torrente de pedidos de apreciação das normas para os juízes vai intensificar ainda mais o ruído sobre uma decisão que se deseja imune a qualquer tipo de pressão. A Lei Fundamental não pode ser atropelada, mesmo que seja em nome do patriótico concerto (custe o que custar) das contas públicas.

O país encontra-se em suspenso, a aguardar meses por uma deliberação dos juízes do TC que, se confirmar as dúvidas do mais alto dignitário da nação, acarretará um rombo de consequências desastrosas, quiçá fatais, para as metas orçamentais.

Se esse cenário se concretizar o governo não terá mais margem de manobra. Recuaríamos no tempo até à execução orçamental de 2012.

Ousar, em desespero, lançar mais impostos sobre o consumo quando a “casa” já está tomada pelas chamas seria uma desgraça. Importaria repensar novamente a despesa, mas provavelmente já não com estes atores políticos que, até à data, têm fracassado todas as previsões traçadas. Mas há mais interrogações. Será que o governo ponderou o efeito que a taxa de desemprego pode vir a ter na arrecadação de receitas com a aplicação da sobretaxa de 3,5%? Tenho as minhas dúvidas.

A austeridade sem contrapartida falhou. O FMI já assumiu o ‘mea culpa’ pelo excesso da receita aplicada e era, no mínimo sensato, que o Executivo fizesse o mesmo, dando a mão à palmatória. Tarde de mais, porventura. O mal está feito. Em várias dimensões. Os direitos instituídos estilhaçados, as pequenas e médias empresas exauridas, o clima económico e a confiança de consumidores a atingirem mínimos históricos e os contribuintes tentados a enveredarem pela fraude e evasão, um caminho nada aconselhado. Estivessem as taxas de juro do crédito à habitação a outros níveis e o desastre seria completo.

Quero aqui reafirmar que não é a necessidade do ajustamento que está em causa, mas sim o timing de aplicação do que consta no memorando. O tempo de espera pela decisão do TC vai aprofundar a angústia que domina a nossa sociedade e baralhar mais os cálculos e os cenários.

Luz ao fundo do túnel só em sonhos. As trapalhadas repetem-se e a navegação à vista é uma constante. O governo não recua, em nome da “santa aliança” com a troika, em nome do cumprimento de prazos e para alcançar a meta do défice no primeiro trimestre, que ninguém acredita que será a cifra apontada pelo Executivo. Na senda de um cumprimento cada vez mais utópico, esmifra-se os de sempre.

O tempo passa e o enfoque não descola da quase obsessiva tributação dos rendimentos do trabalho. Apostar em outras fórmulas, como recuperar o imposto sucessório – em moldes menos burocráticos e administrativamente mais ligeiros – e direcionar a taxa para os rendimentos de capital parecem definitivamente postas de parte.

Com a esperança cada vez mais ténue, parece perdida a oportunidade para relançar um país duplamente suspenso e paralisado, tanto por uma decisão judicial sem data prevista, como por uma receita que se revelou excessiva. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico